



**Senado Federal**  
**Concurso Público**

**CONSULTOR LEGISLATIVO**

**Assessoramento Legislativo**

**Provas Objetiva e Discursiva (Manhã)**

**Caderno Tipo 1 (Branco) – 20M1**

# **Pronunciamentos**



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS  
FGV PROJETOS



## Língua Portuguesa

Texto para as questões 1 a 15

### Interregno hegemônico

A crise financeira de 2008, desencadeada pela crise do *subprime* em 2007, tem o seu foco nos EUA e na Europa. Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global. É uma crise do próprio centro do sistema global de poder com todas as suas implicações. As suas consequências também deverão ser profundas e persistentes.

O que está em jogo é uma variedade de capitalismo e a globalização liberalizante que chegaram ao seu limite e a provável ascensão de um novo tipo de capitalismo e de globalização. A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. O mercado se transformou no princípio de organização da economia capitalista, em contraposição ao Estado-nação. Mas, se não fosse a massiva intervenção e o socorro prestado pelo Estado, o mercado financeiro desregulado teria adquirido um poder autodestrutivo tão grande que o sistema financeiro teria praticamente desaparecido. Por razões de sobrevivência do próprio capitalismo, o Estado-nação está retomando a sua função reguladora e controladora dos mercados num processo adaptativo.

A China aparece como um candidato natural para se tornar, gradualmente, o paradigma econômico dominante nas próximas décadas. Apresenta-se como um novo capitalismo de Estado, em substituição ao modelo da liberalização global. Se isso acontecer, o mercado livre será substituído pelo Estado-nacional como princípio dominante de organização e de controle das economias nacionais, e da nova fase da globalização. Em países em que a liberalização avançou excessivamente e em crise financeira, o Estado ampliará seu foco de regulação e controle sobre os mercados. Nos países onde o poder do Estado é o agente organizador e controlador da economia, como na China, o mercado, enquanto princípio organizador, deverá ser ampliado.

Esse processo adaptativo entre mercado e Estado será longo e complexo, pois a plutocracia financeira é ainda o poder hegemônico e resistirá ao avanço da regulação. Mas, quanto maior for a

resistência e quanto maior for o período de dominância do mercado livre, maior será a crise necessária para que o princípio adaptativo funcione.

Vamos viver nas próximas décadas um longo interregno, com o declínio dos Estados Unidos e Europa e ascensão da China e dos países emergentes. Tanto os Estados Unidos como a Europa terão que concentrar suas energias para recuperar e revitalizar suas economias, num contexto de crescente oposição e polarização política doméstica, abrindo espaço para a emergência de novos Estados-nacionais com atores políticos, a exemplo do G-20. Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. Nesse interregno hegemônico, será perfeitamente possível que conceitos como soberania, Estado-nação e nacionalismo venham adquirir força política e movimentem as massas, pois serão alimentados pelo crescente protecionismo, em pleno andamento, e pelo fato de o problema de desemprego ser sempre um problema nacional.

Há uma similaridade histórica com o que aconteceu depois da Grande Depressão de 1890 até o fim da Grande Depressão de 1929 a 1939; foi um longo interregno marcado pelo declínio da hegemonia global inglesa e a ascensão americana, que se consolidou na Segunda Guerra Mundial. Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático.

Com redistribuição de poder e liderança na economia mundial, mais o declínio de um paradigma econômico que prevaleceu nas últimas três décadas, vamos viver um longo período de vácuo de poder dominante, com degelo da sua ideologia, seu pensamento econômico e dos consensos de políticas. Novas regras do jogo deverão emergir, mas nada disso tem uma evolução contínua e linear.

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. Para países dependentes e com forte herança colonial, a globalização implicou um deslocamento deliberado para o exterior do dinamismo da economia e aumento da sua importância relativa do setor externo (fluxo de capitais) *vis-à-vis* setor interno da economia. Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras,

- 110 mas principalmente ideológicas e dominância do pensamento econômico hegemônico. Com o interregno, a autonomia com que países podem perseguir objetivos nacionais de política econômica mudará substancialmente. É nesse
- 115 panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?

(Yoshiaki Nakano. *Folha de S.Paulo*, 14 de fevereiro de 2012, com adaptações)

### 1

Somente com a ascensão de nova coalizão global de forças políticas é que será construída uma nova ordem internacional, com a imposição de um novo pensamento econômico, o que deverá levar décadas. (L.66-71)

A respeito do período acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. O período é composto por duas orações.
- II. A escolha dos tempos verbais contribui para aumentar o aspecto persuasivo do trecho.
- III. A repetição de termos no período constitui recurso estilístico.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

### 2

Assinale a palavra que **NÃO** tenha sido formada pelo mesmo processo que *autodestrutivo* (L.26).

- (A) contraposição (L.23)
- (B) plutocracia (L.15)
- (C) interregno (L.58)
- (D) desemprego (L.77)
- (E) internacional (L.69)

### 3

Nesse interregno, assistimos ao gradual declínio da plutocracia financeira inglesa e a ascensão do poder industrial americano. Fazendo paralelo histórico, poderemos ter, desta vez, o declínio da plutocracia financeira americana e a ascensão do poder industrial asiático. (L.85-90).

Os pronomes sublinhados exercem, no texto, respectivamente, papel

- (A) anafórico e catafórico.
- (B) catafórico e anafórico.
- (C) dêitico e catafórico.
- (D) dêitico e dêitico.
- (E) anafórico e dêitico.

### 4

No texto, a expressão *vis-à-vis* (L.107) exerce papel equivalente ao de uma locução

- (A) prepositiva.
- (B) conjuntiva.
- (C) adverbial.
- (D) adjetiva.
- (E) substantiva.

### 5

Acerca do texto e dos sentidos produzidos, analise as afirmativas a seguir:

- I. O interregno a que o texto faz alusão para o futuro se assemelha aos movimentos de ascensão e queda de regimes e poderes do passado.
- II. Os movimentos de ascensão e queda representam redistribuição de poder e liderança na economia mundial.
- III. O texto alerta para as brechas que poderão tornar o Brasil o paradigma econômico dominante nas próximas décadas.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

### 6

Um interregno abre brechas, e países como o Brasil poderão agir estrategicamente para alcançar seus objetivos. (L.100-102)

No período acima, a conjunção E, normalmente aditiva, assume papel

- (A) adversativo.
- (B) explicativo.
- (C) alternativo.
- (D) conclusivo.
- (E) consecutivo.

### 7

A ascensão da plutocracia financeira ao poder com Reagan/Thatcher, desde 1980, significou a retração do Estado-nação na sua função reguladora e controladora, com domínio de doutrinas como a de “mercado eficiente”, sempre em equilíbrio, e capaz de se autorregular. (L.14-20)

Os termos sublinhados no período acima classificam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- (B) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (C) complemento nominal, complemento nominal, complemento nominal.
- (D) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- (E) adjunto adnominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.

**8**

*Essa importância relativa não se refere apenas às condições econômicas e financeiras...* (L.108-109)

Assinale a alternativa em que, ao se alterar a estrutura do trecho acima, **NÃO** se respeitou a norma culta. Não leve em conta as alterações de sentido.

- (A) As condições econômicas e financeiras a que essa importância alude...
- (B) As condições econômicas e financeiras a que essa importância reporta...
- (C) As condições econômicas e financeiras de que essa importância procede...
- (D) As condições econômicas e financeiras por que essa importância passa...
- (E) As condições econômicas e financeiras que essa importância obedece...

**9**

Assinale a palavra que, no texto, **NÃO** tenha papel adjetivo.

- (A) política (L.64)
- (B) prestado (L.24)
- (C) sua (L.17)
- (D) próprio (L.7)
- (E) controladora (L.18)

**10**

*Os países emergentes e, particularmente, os Brics revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.* (L.3-6)

Assinale a alternativa em que a alteração do período acima tenha se mantido em consonância com as regras de pontuação.

- (A) Os países emergentes – particularmente os Brics – revelaram-se extremamente resistentes e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (B) Os países emergentes – e, particularmente, os Brics –, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (C) Os países emergentes e – particularmente – os Brics, revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (D) Os países emergentes e – particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.
- (E) Os países emergentes – e particularmente, os Brics – revelaram-se extremamente resistentes, e transformaram-se hoje no polo do crescimento da economia global.

**11**

*É nesse panorama que cabe colocar se a Grande Recessão é uma ameaça ou oportunidade para o desenvolvimento brasileiro. Que futuro podemos conjecturar para o Brasil?* (L.114-118)

As duas ocorrências do QUE no período acima apresentam-se, respectivamente, como

- (A) adjunto adnominal e predicativo do objeto.
- (B) adjunto adverbial, sem função sintática.
- (C) objeto direto e adjunto adverbial.
- (D) adjunto adverbial e objeto direto.
- (E) sem função sintática e adjunto adnominal.

**12**

Por *interregno hegemônico* (L.71) é possível entender

- (A) uma ausência preponderante de poder dominante.
- (B) a supremacia de um Estado sendo substituída de imediato pela preponderância do outro.
- (C) a preponderância de um estado intermediário entre um governo e outro.
- (D) o intervalo de transformação de uma hegemonia a outra.
- (E) a prevalência de uma hegemonia em relação à outra.

**13**

De acordo com o que rege o *Manual de Elaboração de Textos* do Senado Federal, assinale a forma **INCORRETA** quanto à grafia de artigos e parágrafos de lei.

- (A) art. 5º
- (B) § 11.
- (C) arts. 2º e 3º
- (D) §§ 9º e 10.
- (E) art. 33

**14**

Com base no que orienta o *Manual de Redação da Presidência da República*, emprega-se Vossa Excelência para:

- I. o Advogado-Geral da União;
- II. os membros das Câmaras Legislativas Municipais;
- III. os conselheiros dos Tribunais de Contas Estaduais.

Completa(m) corretamente a afirmação do enunciado o(s) item(ns)

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I, II e III.
- (E) III, somente.

**15**

Conforme o *Manual de Redação da Presidência da República*, analise as afirmativas a seguir:

- I. Aviso e ofício são modalidades de comunicação oficial praticamente idênticas. A única diferença entre eles é que o aviso é expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia, ao passo que o ofício é expedido para e pelas demais autoridades. Ambos têm como finalidade o tratamento de assuntos oficiais pelos órgãos da Administração Pública entre si e, no caso do ofício, também com particulares.
- II. A tramitação do memorando em qualquer órgão deve pautar-se pela rapidez e pela simplicidade de procedimentos burocráticos. Para evitar desnecessário aumento do número de comunicações, os despachos ao memorando devem ser dados no próprio documento e, no caso de falta de espaço, em folha de continuação.
- III. Quanto à sua forma, o memorando segue o modelo do padrão ofício, com acréscimo do vocativo, que invoca o destinatário pelo seu nome e sobrenome, seguido de vírgula.

Assinale

- (A) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**Conhecimentos Gerais****16**

A questão da mobilidade urbana está tornando-se uma preocupação marcante nos grandes centros urbanos. No Rio de Janeiro, a Prefeitura optou por usar o sistema BRT, que usará linhas exclusivas e ônibus como matriz principal. A cidade de São Paulo optou por ampliar os sistemas de trens urbanos, metrô e agora os modernos Monorails, assim como fez a cidade de Manaus. Fortaleza, Cuiabá e Brasília fizeram opção pelos VLTs (Veículos Leves sob Trilhos). Recentemente dois grandes consórcios foram escolhidos para fazer as duas linhas de Monorails na cidade de São Paulo. Uma linha ligando Jabaquara ao Morumbi, via Aeroporto de Congonhas, e outra ligando Vila Prudente a Cidade Tiradentes, na zona leste da capital paulista.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os trens da Bombardier foram escolhidos pelos dois consórcios para serem usados nas duas linhas por serem mais baratos.
- (B) Um consórcio usará os trens da Bombardier na zona leste e outro usará os trens franceses da Alstom, na linha Jabaquara.
- (C) O consórcio vencedor da linha Jabaquara usará trens feitos na Malásia e construídos no Rio de Janeiro.
- (D) O Consórcio da Linha Zona Leste usará Trens da Siemens, que serão construídos em São Paulo.
- (E) Os dois consórcios escolheram os trens japoneses da Hitachi, como homenagem à população nipônica da cidade.

**17**

Desde o governo Fernando Henrique, o Brasil faz gestões para comprar aviões de caça para reequipar e modernizar a aeronáutica brasileira. Há uma constante preocupação com as linhas de defesa do Brasil, já que os nossos aviões estão bastante defasados. Três aviões foram escolhidos para a fase final: o Gripen, da Suécia; o Rafale, da França; e os F-18 dos Estados Unidos. Passou o governo Lula, a decisão passou para o governo Dilma, mas ainda não há uma decisão final sobre a compra.

A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Rafale, preferidos pelo governo Lula, são os mais caros e a Dassault não quer passar a tecnologia para os brasileiros.
- (B) Os F-18 americanos são os mais modernos aviões de combate. São mais baratos e a Boeing admitiu passar toda a tecnologia para o Brasil.
- (C) Além de ser o preferido pelo alto escalão da aeronáutica, o Gripen é mais barato e já participou de intensos combates na Bósnia.
- (D) O avião sueco só existe em forma de projeto e nunca foi vendido para qualquer força militar.
- (E) Os Rafale têm o apoio da Otan. Comprando os Rafale, o Brasil terá o apoio dos europeus para entrar no Conselho de Segurança da ONU.

**18**

Em um polêmico livro recém-lançado, Mimi Breardsley faz revelações surpreendentes e narra como o presidente John Kennedy a embebedou e seduziu quando, aos 19 anos, trabalhou como estagiária na Casa Branca. No livro, a Sra. Alford, sobrenome de casada, revela que foi trabalhar como estagiária na assessoria de imprensa da Casa Branca e que, depois de quatro dias, um assessor confiável, David Powers, ofereceu-lhe vários daiquiris antes de o presidente Kennedy lhe conceder um tour privado pela Casa Branca, que acabou no leito da primeira dama, que estava fora.

O que mais veio à tona com o relato de Mimi Alford?

- (A) Jacqueline Kennedy ficou sabendo do que houve no dia seguinte, através de sua secretária e agrediu o Presidente Kennedy.
- (B) Mimi manteve o romance com o presidente até Jacqueline descobrir e mandar demití-la da Casa Branca.
- (C) Mimi teve que fazer dois abortos em quase um ano de namoro.
- (D) Durante o fim de semana da morte de Kennedy, Mimi planejava o casamento com seu noivo, mas, arrasada pela dor, confessou o *affair* secreto que manteve durante todo o namoro.
- (E) Mimi, atualmente em dificuldades financeiras, decidiu revelar toda a verdade.



**19**

No início de fevereiro tomou posse a nova presidente da Petrobras, Maria das Graças Silva Foster. A engenheira substituiu no cargo José Sérgio Gabrielli, que recebeu convite do Governador da Bahia, Jacques Wagner, para participar do Governo do Estado. Em seu discurso de posse, Graça Foster lembrou sua história na estatal, onde começou como estagiária. Graça Foster foi fortemente aplaudida quando disse que era a primeira mulher do mundo a comandar uma empresa de petróleo desse porte. Ela destacou que vai seguir à risca o plano de negócios da estatal e as metas previstas. “Sempre com foco na disciplina de capital, no cumprimento das metas e prazos, sem descuidar dos aspectos de segurança e ambiental”. Com ela, dois novos diretores foram eleitos pelo Conselho de Administração da Empresa. Quem são eles?

- (A) Guilherme Estrela, por sua grande experiência em dutos, e José Formigli, pelo trabalho realizado na gestão Gabrielli.
- (B) José Zelada, pela contribuição dada aos investimentos internacionais da Petrobras Internacional, e Alcides Santoro, pelo conhecimento adquirido no pré-sal.
- (C) José Formigli, por ter adquirido grande experiência no desenvolvimento do pré-sal, e Alcides Santoro, por sua experiência no setor de gás.
- (D) Guilherme Estrela e Renato Duque serão os novos diretores de Exploração e Produção e Gás e Energia.
- (E) Jose Zelada, para o setor internacional, e Renato Duque, para o segmento de Exploração e Produção.

**20**

A celeuma sobre a presença de resíduos de agrotóxicos no suco de laranja brasileiro, questão levantada por autoridades sanitárias dos Estados Unidos, reacendeu a discussão sobre o uso de agrotóxicos em produtos agrícolas. O resultado disso foi a ameaça de suspensão da compra dos sucos brasileiros, causando enorme prejuízo aos produtores. Nos últimos quatro anos, o Brasil se tornou o maior mercado de pesticidas do mundo. Essa ameaça fez o preço do produto disparar a níveis recordes. Segundo o principal órgão de controle de produtos sanitários dos Estados Unidos, o *Food and Drug Administration* (FDA), foi encontrada a presença de um fungicida no suco de laranja importado do Brasil. O uso deste fungicida é proibido nas lavouras de cítricos nos Estados Unidos, mas é usado contra fungos no Brasil.

Qual foi o resultado desta situação?

- (A) O que houve de fato foi uma especulação do mercado americano para aumentar o preço do suco de laranja.
- (B) O carbendazim, usado em poucas quantidades, não faz mal à saúde, por isso o produto não foi tirado das prateleiras nos Estados Unidos. Mas as próximas cargas não poderão ter vestígios desse fungicida.
- (C) Os produtores brasileiros tiveram que amargar grandes prejuízos, pois todo o suco de laranja teve que ser descartado.
- (D) Os produtores brasileiros deixaram de entregar o suco aos americanos e venderam quase toda a produção para o mercado asiático.
- (E) Os produtores brasileiros tiveram que queimar boa parte do laranjal paulista, que já estava pulverizado com o fungicida, para continuarem a vender para o mercado americano.

**21**

Um dos maiores incrementos do comércio internacional brasileiro na modernidade é o pré-sal. Assinale a alternativa correspondente ao que vem a ser o pré-sal.

- (A) Denominação dada às descobertas petrolíferas nas águas territoriais brasileiras, também chamadas de subsal.
- (B) Reservas de hidrocarbonetos encontradas no subsolo marítimo, também chamadas de subsal.
- (C) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos encontradas abaixo de uma profunda camada de rocha calcária no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (D) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas calcárias encontradas abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, também chamada de subsal.
- (E) Denominação dada às reservas de hidrocarbonetos em rochas encontradas abaixo de uma profunda camada de sal nas águas interiores brasileiras, também chamada de subsal.

**22**

Considerando as recém-descobertas de petróleo na camada pré-sal, que representam um marco singular na indústria petrolífera brasileira, marque a alternativa correta.

- (A) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras Distribuidora de Combustíveis e da Agência Nacional de Transporte Aquaviário.
- (B) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Transpetro e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (C) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petro-Sal, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Ministério da Defesa.
- (D) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços do Ministério de Minas e Energia e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
- (E) A descoberta de petróleo na camada pré-sal resulta de um processo de anos de esforços da Petrobras e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

**23**

Os dois confrontos mais sangrentos no Egito nos últimos quinze meses foram

- (A) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (B) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (C) a queda do ditador Hosni Mubarak e o confronto no Cairo após uma partida de futebol.
- (D) a queda do ditador MuammarKadhafi e o confronto em Port Said após uma partida de futebol.
- (E) a queda do ditador Bashar al Assad e o confronto entre civis e militares no Cairo após sua morte.

**24**

Em 2012, celebra-se o bicentenário de um novelista que retratou as transformações sociais da era industrial em uma nação europeia. Trata-se de

- (A) David Copperfield.
- (B) Victor Hugo.
- (C) Émile Zola.
- (D) Edmond Rostand.
- (E) Charles Dickens.

**25**

Em relação à dívida pública brasileira em 2011, analise as afirmativas a seguir:

- I. A dívida pública brasileira encerrou 2011 com a menor parcela da história de títulos remunerados pela taxa básica de juros, a Selic.
- II. Em 2011, a dívida pública cresceu 10,17%, chegando a R\$ 1,866 trilhão.
- III. Para reduzir a participação dos papéis atrelados à Selic, o governo vem segurando emissões desse tipo de título e adotando medidas para estimular que fundos públicos comprem títulos atrelados à taxa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**Direito Constitucional e Administrativo****26**

A respeito do controle das empresas estatais pelo Tribunal de Contas, avalie as afirmativas a seguir:

- I. As estatais não se submetem ao controle do Tribunal de Contas, tendo em vista possuírem personalidade jurídica de direito privado e, portanto, não administram bens e dinheiro públicos.
- II. Somente as estatais prestadoras de serviço público, ante a natureza pública de seus bens, se submetem ao controle do Tribunal de Contas.
- III. Tanto as estatais prestadoras de serviço público quanto as que exercem atividade econômica estrito senso se submetem ao controle pelo Tribunal de Contas, tendo em vista que, embora seu patrimônio seja privado, quando de sua criação, haveria contribuição de dinheiro público.
- IV. No que concerne à intensidade do controle a ser exercido pelo Tribunal de Contas, afigura-se irrelevante a separação entre atividade-fim e atividade-meio da estatal.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas II e IV forem verdadeiras.
- (B) se apenas a afirmativa III for verdadeira.
- (C) se apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) se apenas as afirmativas I for verdadeira.
- (E) se nenhuma afirmativa for verdadeira.

**27**

Sobre o tratamento constitucional dado ao exercício da liberdade, à dignidade humana, à igualdade e à justiça, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) Ninguém será levado à prisão ou mantido nela, se a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- (B) A Constituição da República de 1988 veda a pena de morte, salvo na hipótese em que haja declaração de guerra pelo Presidente da República, autorizada ou referendada pelo Congresso Nacional.
- (C) A prática de racismo é crime imprescritível e insuscetível à fiança.
- (D) A privação de bens e da liberdade deverá observar o devido processo legal.
- (E) É assegurado a todos o acesso à informação, podendo o Judiciário determinar a revelação da fonte da informação divulgada por jornalista em imprensa escrita ou falada, quando necessária a apuração de prática de crime.



**28**

Em relação às ações constitucionais para defesa de direitos fundamentais, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O mandado de segurança pode ser impetrado para proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, se o responsável pela ilegalidade ou abuso do poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A impetração de *habeas corpus* pode ser feita em defesa de pessoa que sofra ou esteja sofrendo ameaça de sofrer violação ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) O mandado de injunção poderá ser impetrado se configurada a prática de ato administrativo que viole o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- (D) O *habeas data* pode ser ajuizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, que estejam incluídas em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) É assegurada a todos, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em defesa de direitos e esclarecimento de situação de interesse pessoal.

**29**

A Administração pode, para bem proceder à prestação de suas atividades, realizar o que se chama descentralização. Ciente desse fato, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização, também chamada de desconcentração, se dará quando, no âmbito interno, a Administração crie novos cargos e órgãos, transferindo a estes atribuições próprias.
- (B) A descentralização não se confunde com a desconcentração, sendo certo que ocorrerá sempre que se resolva criar nova Unidade Federativa, seja um Estado ou um Município.
- (C) A descentralização não se confunde com desconcentração, e ocorrerá quando uma Unidade Federativa delegar, mediante lei, a outra Unidade Federativa, competência que lhe foi atribuída pela constituição.
- (D) A descentralização se dará quando, por lei, ou decreto autônomo, o Executivo criar ministérios (âmbito da União), ou secretarias (âmbito dos Estados e Municípios).
- (E) A descentralização se dará quando, por lei, se criem autarquias, ou autorize a criação de sociedades de economia mista, empresas públicas ou fundações; ou por meio de licitação, se deleguem serviços públicos ao setor privado.

**30**

A aplicação das normas constitucionais pressupõe interpretação que “está submetida ao princípio da ótima concretização da norma (...). Evidentemente, esse princípio não pode ser aplicado com base nos meios fornecidos pela subsunção lógica e pela construção conceitual. Se o direito e, sobretudo, a Constituição, têm a sua eficácia condicionada pelos fatos concretos da vida, não se afigura possível que a interpretação faça deles tábula rasa. Ela há de contemplar essas condicionantes, correlacionando-as com as proposições normativas da Constituição. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido (...) da proposição normativa dentro das condições reais dominantes numa determinada situação” (Konrad Hesse. *A Força Normativa da Constituição*. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991, p. 22).

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) o exercício de democracia, mediante a obediência ao princípio majoritário, acarreta a prevalência dos diplomas legais aprovados pelo Poder Legislativo, em concorrência com o Poder Executivo, se observado eventual conflito com os dispositivos constitucionais.
- (B) o resultado de consultas populares, em plebiscitos e referendos, revoga dispositivo constitucional que lhe seja contrário, por cuidar-se sempre de manifestação do poder constituinte originário.
- (C) a interpretação de dispositivos constitucionais pode mudar, ao longo do tempo, em obediência às alterações das relações sociais e das condições fáticas experimentadas pelo povo.
- (D) o intérprete da Constituição da República de 1988, promulgada com o propósito de realizar as premissas do Estado Democrático de Direito, deve privilegiar a intenção exprimida pelos membros da assembleia constituinte se é controversa a interpretação de um de seus dispositivos, ressalvados os direitos econômico-sociais, cuja aplicação é suscetível à aferição das condições atuais para realização.
- (E) as normas constitucionais, incluindo as relacionadas às regras referentes à organização do Estado e ao processo legislativo, são obtidas a partir de um juízo de ponderação, oposto ao raciocínio próprio à subsunção lógica.

**31**

Extraí-se da jurisprudência dominante do STJ que a improbidade administrativa, por ato administrativo tido como violador de princípio, aperfeiçoa-se somente

- (A) com a transgressão do princípio.
- (B) mediante prova de prejuízo ao erário.
- (C) se comprovada má-fé do servidor.
- (D) nos atos vinculados, independentemente da subjetividade da conduta.
- (E) em face de comprovada conduta culpável.

**32**

Em relação à separação de poderes na Constituição da República de 1988, analise as afirmativas a seguir:

- I. A divisão do poder é elemento do Estado de Direito, assim concebido para que o exercício dele não seja arbitrário. Portanto, é necessário que as competências do Executivo, Legislativo e Judiciário estejam estritamente definidas, alheias a mecanismos recíprocos de controle, para que a atuação dos seus agentes não extrapolem os limites previstos constitucionalmente.
- II. A sanção do Presidente da República é exigida na promulgação de leis ordinárias, complementares, autorização de referendos e convocação de plebiscitos.
- III. Qualquer comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de a ausência, sem justificativa adequada, configurar crime de responsabilidade.
- IV. As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. A inércia do requerido no prazo de trinta dias, a recusa ao pedido ou a prestação de informações falsas caracterizarão crime de responsabilidade.

Assinale:

- (A) se as afirmativas I e IV forem corretas.
- (B) se as afirmativas II e III forem corretas.
- (C) se as afirmativas II e IV forem corretas.
- (D) se as afirmativas I e II forem corretas.
- (E) se as afirmativas III e IV forem corretas.

**33**

São considerados princípios que regem a República Federativa Brasileira:

- (A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos.
- (B) liberdade de expressão e prevalência da representação moral à censura.
- (C) inviolabilidade da intimidade e estímulo à liberdade religiosa.
- (D) liberdade de locomoção e garantia da propriedade.
- (E) liberdade associativa e vinculação sindical.

**34**

Os atos administrativos, após atingirem os seus fins, tendem à extinção. Assim, quando perfeitos, e tem esgotados os seus efeitos, a doutrina menciona a presença da sua extinção natural. Ciente disso, assinale o que **NÃO** representa caso de extinção do ato.

- (A) cassação
- (B) caducidade
- (C) nulidade
- (D) conversão
- (E) revogação

**35**

A Administração Pública, ao aplicar as normas que lhe são direcionadas, deverá buscar a interpretação que melhor atenda ao fim público.

Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a nova interpretação deve se aplicar retroativamente, atingindo os fatos pretéritos já consolidados com a interpretação anterior.
- (B) a nova interpretação não se aplica aos fatos pretéritos, respeitando a irretroatividade, salvo se representar economia financeira.
- (C) se coloca ilegal e afrontoso à isonomia; a mudança de interpretação anterior guardava coesão com a literalidade e a *ratio* da norma.
- (D) a nova interpretação é possível, respeitando o melhor atendimento ao fim público e a vedação da sua aplicação retroativa.
- (E) a nova interpretação é possível, desde que feita dentro da competência discricionária da Administração, e de forma retroativa para respeitar a isonomia.

**Administração Pública****36**

Tendo em vista o desenvolvimento da administração pública, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o conceito de burocracia para Max Weber é a organização eficiente por excelência e, para conseguir essa eficiência, a burocracia precisa detalhar antecipadamente e nos mínimos detalhes como as coisas deverão ser feitas.
- (B) são características da burocracia: normas e regulamentos, formalidade das comunicações, racionalidade e divisão do trabalho, impessoalidade nas relações, hierarquização da autoridade, rotina e procedimentos standardizados, competência técnica e meritocracia, separação da propriedade e previsibilidade do funcionamento.
- (C) em nosso dia a dia, passamos a chamar de burocracia os defeitos do sistema, ou seja, suas disfunções, que foram o exagerado apego aos regulamentos, excesso de formalismo, resistência a mudanças, despersonalização do relacionamento e superconformidade às rotinas e procedimentos.
- (D) a reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da normatização e pelo desenvolvimento de uma cultura burocrática nas organizações.
- (E) a eficiência da administração pública – a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário – torna-se uma questão essencial sob o modelo gerencial.

**37**

No tocante à evolução da administração pública, marque a alternativa correta:

- (A) No patrimonialismo, o aparelho do Estado funciona como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuem status de nobreza real. Os cargos são considerados, sob certa acepção, prebendas ou sinecuras.
- (B) A Administração Pública Burocrática surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de manter a corrupção e o nepotismo patrimonialista.
- (C) Constituem princípios orientadores do desenvolvimento da burocracia a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade e o informalismo; em síntese, o poder racional-legal. Os controles administrativos visando evitar a corrupção e o nepotismo são sempre *a posteriori*.
- (D) Na burocracia, parte-se de uma confiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem demandas. Por isso, nem sempre são necessários controles rígidos dos processos, como por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento a demandas.
- (E) No modelo gerencial de Administração Pública o controle do Estado é, essencialmente, *a priori*.

**38**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00) menciona diversos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a seguir relacionados. No que diz respeito a esse aspecto (transparência), assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) São instrumentos de transparência da gestão fiscal,: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- (B) Aos instrumentos de gestão fiscal deve ser dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.
- (C) A transparência será assegurada também mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.
- (D) Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48 da LRF, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes ao lançamento e ao recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.
- (E) De acordo com o art. 49 da LRF, as contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis por pelo menos dois exercícios financeiros no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

**39**

O controle exerce, na administração sistêmica, papel fundamental no desempenho eficaz de qualquer organização. É por meio dele que são detectados eventuais desvios ou problemas que ocorrem durante a execução de um trabalho, possibilitando a adoção de medidas corretivas para que o processo seja reorientado na direção dos objetivos traçados pela organização. Na Administração Pública, a importância do controle foi destacada, principalmente, com o advento da Reforma Administrativa de 1967. Assim, o art. 6º do Decreto-Lei 200/1967 o coloca, ao lado do planejamento, da delegação de competência, da descentralização e da coordenação entre os cinco princípios fundamentais que norteiam as atividades da Administração Federal. No que concerne aos controles interno e externo, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a Lei 4.320/1964 estabelece que o controle da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal será exercido pelos Poderes Legislativo e Executivo, mediante Controles Externo e Interno, respectivamente.
- (B) de acordo com Lei 4.320/1964, o controle compreenderá a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos.
- (C) consoante a Carta Magna, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante Controle Externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.
- (D) de acordo com a Carta Magna, os responsáveis pelo Controle Interno, após concluírem o processo destinado a apurar qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receita, será exercida pelo Congresso Nacional.

**40**

Considerando a evolução da administração Pública no Brasil e no mundo, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) De certa forma, é possível considerar que o chamado “modelo gerencial” começa a ser implantado em 1995, durante o governo FHC, com a edição do “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”.
- (B) A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto, um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental.
- (C) Na administração pública gerencial, a estratégia volta-se (1) para a definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingir em sua unidade, (2) para a garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados, e (3) para o controle ou cobrança *a posteriori* dos resultados. Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas. No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais.
- (D) A administração pública gerencial deve ser impermeável à participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil.
- (E) Comparativamente com a administração burocrática, o modelo gerencial tem como um de seus princípios o deslocamento da ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

**Raciocínio lógico****41**

Um analista político de um programa de televisão fez a seguinte previsão: “Se o governador não agir e o Governo Federal intervier então o caso será julgado pelo Supremo Tribunal Federal ou o governador renunciará.”

Entre os cenários apresentados a seguir, aquele em que a previsão do analista político apresenta de forma **INCORRETA** é

- (A) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (B) o governador agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (C) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.
- (D) o governador não agiu; o Governo Federal interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador não renunciou.
- (E) o governador não agiu; o Governo Federal não interveio; o caso não foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal; o governador renunciou.

**42**

Entre os argumentos a seguir, aquele que é dedutivamente legítimo é:

- (A) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (B) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.
- (C) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (D) Se o Senado votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão não continuará após a meia-noite.
- (E) Se o Senado não votar a lei A, então não votará a lei B. Se a sessão continuar após meia-noite, então o Senado votará a lei B. Logo, se o Senado não votar a lei A, então a sessão continuará após a meia-noite.

**43**

Considere a seguinte sentença: “Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então existe pelo menos um eleitor do seu estado que votou nele.”

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele é um Senador em exercício então todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (B) Nenhum cidadão brasileiro elegível é um Senador em exercício e todos os eleitores do seu estado votaram nele.
- (C) Qualquer que seja o cidadão brasileiro elegível, se ele não é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (D) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível, tal que se ele é um Senador em exercício então nenhum eleitor do seu estado votou nele.
- (E) Existe pelo menos um cidadão brasileiro elegível tal que ele é um Senador em exercício e nenhum eleitor do seu estado votou nele.

**44**

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, aos partidos PA, PB e PC. Um desses partidos é ideologicamente de esquerda, outro de direita e o terceiro de centro, mas não necessariamente na ordem em que eles foram citados. Sabe-se ainda que:

- I. se o partido PA é de esquerda, então o partido PB não é de centro;
- II. se o partido PB não é de esquerda, então o partido PA não é de centro;
- III. se o partido PA é de direita, então o partido PC é de centro;
- IV. o partido PC não é de centro.

André, Bruno e Carlos pertencem, respectivamente, a partidos de:

- (A) centro, esquerda, direita.
- (B) esquerda, centro, direita.
- (C) esquerda, direita, centro.
- (D) direita, centro, esquerda.
- (E) centro, direita, esquerda.

**45**

Se há X e não há Y, então há Z. Não há Z.

Logo:

- (A) X é necessário para Z.
- (B) Y é necessário para X.
- (C) Y é suficiente para X.
- (D) X é suficiente para Z.
- (E) Z é suficiente para Y.

**46**

Após as deliberações para a formação de uma comissão no Senado, quatro senadores em exercício fizeram as seguintes declarações:

**João:** Maria não fará parte da comissão, mas José sim.

**José:** Eu farei parte da comissão, mas entre João e Maria exatamente um deles fará parte da comissão.

**Maria:** Se João não fizer parte da comissão, então José e Rosa também não farão parte da comissão.

**Rosa:** Exatamente um de nós quatro não fará parte da comissão.

É possível deduzir que

- (A) se exatamente um dos quatro não fará parte da comissão, então todos disseram a verdade.
- (B) se todos mentiram, então exatamente um deles fará parte da comissão.
- (C) não é possível que todos tenham dito a verdade.
- (D) se exatamente um deles mentiu, então exatamente dois deles não farão parte da comissão.
- (E) se nenhum deles fizer parte da comissão, então todos mentiram.

## Língua Inglesa

### Another view on representations and warranties

This article will address issues relating to representations and warranties as they arise in the common law, not in the context of the Uniform Commercial Code.

5 We will begin with representations. They are statements of present or past fact. Future "facts" cannot generally form the basis of representations because no one can know the future.

10 If a representation is intentionally false, a plaintiff can make a common law claim of deceit (a tort) and allege fraudulent misrepresentation.

15 Generally, a plaintiff injured by a fraudulent misrepresentation has a choice of remedies. She may rescind the contract and obtain restitutionary recovery, or she may affirm the contract and sue for damages. The ability to rescind — to unwind a closed transaction — is a remedy not available to a plaintiff suing for a breach of warranty, and therefore is a benefit of including representations in a contract. A second benefit is that the plaintiff may be able to obtain punitive damages under special circumstances.

25 Now, let's turn to warranties. A common law warranty is a promise that a fact is true. According to the New York court, a warranty is a promise of indemnity if a statement of fact is false. A promisee does not have to believe that the statement is true. Indeed, the warranty's purpose is to relieve a promisee from the



obligation of determining a fact's truthfulness.

The meaning of warranty is critical to plaintiffs whose defendants made both representations and warranties since a plaintiff's fraudulent misrepresentation claim will fail if she knew the statement was false. But, the plaintiff may sue for breach of warranty on the same statement and recover despite knowledge of the falsity of the statement, subject to some limitations. This is a substantial business and legal reason for a party to receive both representations and warranties.

An example may help to clarify this issue: Occasionally, a buyer will ask a seller to represent as a fact something that the seller knows is not true or does not know whether it is true. Technically, doing so is fraud. A buyer nonetheless defends its request by telling the seller, "It's just risk allocation." In other words, even if the statement is not true, it represents the business deal.

A seller often accedes to this request on the theory that it is not fraud because it has "worked it out" with the buyer. This is cold comfort when the buyer sues for fraud, "forgetting" that it was "just risk allocation" and "forgetting" that the seller explained the situation's actual status. As an alternative, the seller can merely "warrant" the statement. In that case, the seller makes no representation that can be the basis of a fraudulent misrepresentation, and the warranty is the promise of indemnity, precisely the risk allocation the buyer sought.

Representations and warranties are important — but different — tools for the contract drafter. But receiving both of them from the other side usually — but not always — provides a client with the best protection.

(Tina L. Stark. Adaptado de:

<http://apps.americanbar.org/buslaw/blt/2006-01-02/nonbindingopinion.html>

## 48

As used in the text, the term *common law* refers to

- (A) laws that apply in normal circumstances to ordinary people.
- (B) a legal system found in Anglo-Saxon countries, and based on case law.
- (C) a legal system found in Anglo-Saxon countries, based on legislative statutes and executive branch decisions.
- (D) the settlement of petty claims in a magistrate's court.
- (E) a legal system found predominantly in Islamic countries.

## 49

According to the text, warranties are included in an agreement so that

- (A) the other party is given assurance of maintenance/replacement of goods/service.
- (B) the other party is given assurance of clear title and right to sell real state.
- (C) the other party has no need to investigate and verify the truth of the facts stated in the warranty.
- (D) suppliers may advertise that they supply goods/service to a royal family.
- (E) law enforcement officers are allowed to seize property.

## 50

Consider the statements below:

- I. Representations and warranties are not inextricably linked. Some parties, as a matter of principle, refuse to take fraud risk (read punitive damages), and will not make representations, only warranties.
- II. Representations, if shown to be false, and if the injured party knew them to be false, can give cause for the rescission of the agreement and the party making the representation can be sued for fraud.
- III. A plaintiff may be able to win a breach of warranty claim when it would have lost a claim for fraudulent misrepresentation because it could not prove that the defendant knew the representation to be false.

According to the text

- (A) statements I and II are true, III is false.
- (B) statements II and III are true, I is false.
- (C) statements I and III are true, II is false.
- (D) all three statements are true.
- (E) all three statements are false.

## 47

A lawyer drafting a business contract usually includes a "representations and warranties" clause because

- (A) it will protect the client against risks and will secure those advantages that are reasonable and appropriate.
- (B) the lawyer could be sued for malpractice if he did not include it.
- (C) the Contract will look more professional allowing the lawyer to charge a higher fee.
- (D) a contract without a "representations and warranties" clause will not be legally enforceable.
- (E) the "representations and warranties" clause is a standard contract clause and has always the same wording.



## Conhecimentos Específicos

**51**

A propriedade se constitui um direito natural segundo a concepção de

- (A) Locke.
- (B) Hobbes.
- (C) Rousseau.
- (D) Marx.
- (E) Kant.

**52**

Para ele, os governantes devem cuidar para que os membros da sociedade desenvolvam ao máximo as suas capacidades intelectuais e humanas. Trata-se de

- (A) Maquiavel.
- (B) Hobbes.
- (C) Saint-Simon.
- (D) Rousseau.
- (E) Spinoza.

**53**

A defesa de um Judiciário forte e independente constitui uma das teses de

- (A) Benjamim Constant.
- (B) Alexis de Tocqueville.
- (C) Saint-Simon.
- (D) Friedrich Hayek.
- (E) John Maynard Keynes.

**54**

*Pois contigo a razão val,  
vejamos quem mais conjunta;  
olha que todo o animal  
forte, ou fraco, aos seus se ajunta  
por distinto natural.  
As pombas andam em bandas,  
voam grous postos em az;  
estas andorinhas brandas  
não querem de nós viandas,  
querem companhia e paz.*

*Como no mundo apontamos,  
do ventre em terra caímos;  
como de nós só choramos,  
doutrem que ajuda pedimos!  
nós só para que prestamos?  
Então ver a fantasia  
dos nossos leves zagais!  
a quem inda mais diria  
que não hei por companhia  
salvante a dos meus iguais.*

O trecho acima, de Sá de Miranda, é exemplo de

- (A) barcarola.
- (B) elegia.
- (C) ode.
- (D) écloga.
- (E) vilancete.

**55**

Graciliano Ramos constitui um dos expoentes do modernismo de segunda fase no Brasil. Em uma de suas obras, o personagem central sofre um processo de reificação. Em sua estrutura, narrativa e narrado se sobrepõem. Trata-se de

- (A) Memórias do cárcere.
- (B) São Bernardo.
- (C) Angústia.
- (D) Vidas secas.
- (E) Infância.

**56**

A respeito da obra de Fernando Pessoa e seus heterônimos, analise as afirmativas a seguir:

- I. Ricardo Reis: busca a expressão do mundo moderno.
- II. Alberto Caeiro: obtenção do conhecimento por meio da sensação.
- III. Álvaro de Campos: consciência da passagem do tempo e inevitabilidade da morte.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

**57**

O caminho dos paradoxos é o caminho da Verdade. Para se experimentar a Realidade, é preciso vê-la na corda bamba. Enquanto as Verdades não se tornarem acrobatas, não poderemos julgá-las. Nessa obra, a temática gira em torno da arte, da vaidade e da manipulação pelo homem.

Trata-se de

- (A) A alma do homem sob o socialismo, de Oscar Wilde.
- (B) Uma história lamentável, de Dostoiévski.
- (C) A morte de Ivan Ilitch, de Tolstói.
- (D) O retrato de Dorian Gray, de Oscar Wilde.
- (E) Guerra e Paz, de Tolstói.

**58**

A um falso argumento de autoridade dá-se o nome de argumento

- (A) ad baculum.
- (B) ad misericordiam.
- (C) ad verecundiam.
- (D) ad hominem.
- (E) ad populum.

**59**

Assinale a associação **INCORRETA** entre autor e movimento literário no Brasil.

- (A) Gonçalves Dias – Romantismo de primeira geração.
- (B) Olavo Bilac – Parnasianismo.
- (C) Castro Alves – poesia condoreira do Romantismo de terceira geração.
- (D) Cruz e Sousa – Simbolismo.
- (E) Fagundes Varela – Romantismo panfletário da segunda geração.

**60**

*Pai! Afasta de mim esse cálice  
Pai! Afasta de mim esse cálice  
Pai! Afasta de mim esse cálice  
De vinho tinto de sangue*

*Como beber dessa bebida amarga  
Tragar a dor e engolir a labuta?  
Mesmo calada a boca resta o peito  
Silêncio na cidade não se escuta  
De que me vale ser filho da santa?  
Melhor seria ser filho da outra  
Outra realidade menos morta  
Tanta mentira, tanta força bruta*

A respeito do trecho acima, analise as afirmativas a seguir:

- I. Trata-se de música ontológica de Chico Buarque.
- II. O jogo fônico leva a música a um contexto de significações que o torna panfletário.
- III. A motivação principal da música é o contexto da luta pela liberdade religiosa.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**61**

Logo após a implementação do Plano Real, alguns jornalistas referiram-se à agricultura como “uma âncora verde” porque

- (A) o setor agropecuário, a partir do Plano Real, contribuiu com volumosas exportações anuais para equilibrar a balança comercial.
- (B) o setor contribuiu com safras generosas que formaram estoques reguladores e garantiram o sucesso do Plano Real.
- (C) o governo tabelou os preços dos produtos da cesta básica, que deixaram de pressionar a inflação.
- (D) os índices de preços agrícolas acumularam deflação ao longo de vários meses no período pós Plano Real.
- (E) os preços dos insumos agrícolas importados caíram, impactando os custos de produção da cesta básica.

**62**

O modelo neoliberal de Estado, que se expandiu na América Latina a partir dos anos noventa, tinha como base algumas premissas que se traduziram em dispositivos legais, tais como globalização, livre concorrência, livre iniciativa, retirada do Estado da operação dos serviços, multiplicidade da oferta de serviços, mudança de foco na atuação estatal, entre outros. No que diz respeito às telecomunicações brasileiras, qual afirmativa abaixo **NÃO** diz respeito às lógicas pertinentes a este modelo?

- (A) A Portaria nº 321 do Ministério das Comunicações, referente ao Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinaturavia Satélite-DTH, fomentou a livre concorrência através da adoção do princípio de complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal, previsto desde a Constituição Federal de 1988.
- (B) A Lei do Cabo, nº 8.977 flexibilizou, pela primeira vez na legislação brasileira, as barreiras, de caráter nacionalista, à entrada no mercado, permitindo a participação de capital estrangeiro nas concessões de telecomunicações brasileiras, observado o limite mínimo de 51% do capital social pertencente a brasileiros, natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- (C) A Emenda Constitucional nº 8, de 1995, retirou da União o caráter monopólico na exploração direta dos serviços de telecomunicações permitindo a abertura do mercado de telefonia à exploração privada.
- (D) A Lei nº 9.472 criou a Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor, estruturado de forma similar ao modelo Estado-Unidense de agências reguladoras.
- (E) O papel do Estado afinado com a lógica neoliberal de priorização da iniciativa privada é explícito no art. 2º da Lei nº 9.472 ao designar como responsabilidades do Poder Público a criar oportunidades de investimento em ambiente competitivo e a promoção da competição dos serviços de telecomunicações.

**63**

No Brasil, o etanol anidro, produzido nas destilarias a partir da cana-de-açúcar e adicionado à gasolina automotiva, é considerado uma fonte de energia limpa e alternativa.

#### PORQUE

O etanol de cana-de-açúcar é classificado como uma fonte de energia renovável.

A respeito das afirmativas é correto afirmar que

- (A) ambas estão corretas, e a segunda justifica a primeira.
- (B) ambas estão corretas, mas a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira está correta, mas a segunda é falsa.
- (D) a segunda está correta, mas a primeira é falsa.
- (E) ambas estão erradas.

**64**

Com a realização prevista de grandes eventos internacionais no Brasil, como a Rio+20, em 2012, a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), aumentou a preocupação com a segurança, em particular em função das “novas ameaças”. Entre os instrumentos do Estado para dar resposta, por exemplo, ao terrorismo, avulta a importância da atividade de Inteligência. Sobre a organização e a prática da Inteligência no Brasil, analise.

- I. Enquanto a atividade de inteligência objetiva basicamente obter, analisar e disseminar conhecimentos sobre situações que possam influenciar a segurança da sociedade e do Estado, a contra inteligência é a atividade que busca neutralizar a inteligência da parte adversa.
- II. O órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência é o Gabinete de Segurança Institucional, órgão da Presidência da República que tem como atribuições planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País.
- III. As atividades de Inteligência serão desenvolvidas, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado.

Assinale

- (A) se as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) se as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (C) se as afirmativas I e II são verdadeiras, e a afirmativa III é falsa.
- (D) se as afirmativas I e II são verdadeiras
- (E) se nenhuma afirmativa é verdadeira

**65**

O registro do patrimônio cultural imaterial representa uma forma inovadora de se preservar a pluralidade da cultura nacional. Sobre esse tema, analise.

- I. Somente a partir da convenção sobre o patrimônio mundial, cultural e natural – Unesco (1972) – que os países do ocidente começaram a entender a importância de preservar o patrimônio cultural imaterial.
- II. No Brasil, os ideais de preservação do patrimônio imaterial remontam a 1930, com o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, de Mário de Andrade.
- III. O registro imaterial é um instrumento pouco utilizado, embora não haja dificuldade de relação dos pesquisadores com a cultura popular.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas forem verdadeiras.
- (E) nenhuma das afirmativas for verdadeira.

**66**

Considerando o regime das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, analise as afirmativas e assinale a correta:

- (A) Os atos que tenham por objetivo o domínio, posse ou ocupação de terras habitadas por índios ou comunidades indígenas serão declarados nulos, restando ao interessado pleitear indenização contra a União.
- (B) Constituem o patrimônio indígena os bens móveis ou imóveis adquiridos a qualquer título e as terras de exclusiva posse do índio, individualmente considerada.
- (C) Nas áreas indígenas cabe aos silvícolas, com exclusividade, a exploração das riquezas do solo, executando garimpagem, fискаção e cata das referidas áreas.
- (D) As terras indígenas são inuscapíveis, não podendo sobre elas recair desapropriação, nem mesmo que para fins de realização de obras públicas, mas podem ser objeto de arrendamento.
- (E) Medidas judiciais que envolvam interesses de silvícolas ou do Patrimônio Indígena são insuscetíveis, em qualquer hipótese, de concessão de medida liminar ou outras medidas de urgência.

**67**

Durante a década de 1930, houve um grande avanço da indústria no Brasil. Tal processo de industrialização denomina-se de processo de substituição de importações (PSI). Em relação às suas principais características é correto afirmar que o PSI

- (A) atingiu seu auge com a implementação do Plano de Metas, que fixou as bases para um forte crescimento do setor de bens de consumo não duráveis.
- (B) visou atender o mercado interno e externo, alavancando as exportações e, consequentemente, melhorando os termos de troca.
- (C) tinha um conceito de desenvolvimento econômico e autonomia do país, frente às restrições externas com base na industrialização por etapas.
- (D) incluía medidas de proteção à indústria, como a desvalorização real do câmbio, e assim, aumentando a competitividade da indústria no mercado internacional.
- (E) gerou um aumento da concentração de renda em função do êxodo rural, em virtude do aumento na geração de empregos na zona urbana.

**68**

Em relação à privatização ocorrida no Brasil durante a década de 1990, analise.

- I. Entre 1991 e 1992, criou-se o Programa Nacional de Desestatização, onde, por exemplo, empresas dos setores siderúrgico e petroquímico foram vendidas.
- II. Entre 1993 e 1994 houve uma ampliação da aceitação de antigas dívidas do Governo Federal nesta fase de privatização.
- III. De 1995 em diante, diversas empresas de serviços públicos foram incluídas no processo de privatização.
- IV. Apesar da privatização ter como motivo propulsor a ineficiência das empresas públicas, não se pode dizer que a privatização tenha reduzido a dívida pública durante o Plano Real, mas permitiu o financiamento do déficit público.

Assinale se

- (A) apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) apenas as afirmativas I, III e IV forem verdadeiras.
- (C) apenas as afirmativas III e IV forem verdadeiras.
- (D) apenas as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.
- (E) todas as afirmativas forem verdadeiras.

**69**

Lançada como proposta em 2003, e instituída por decreto presidencial em 2007, a PNDR foi inicialmente concebida como um contraponto a tendência de desintegração competitiva do território nacional. Apesar de na sua formulação, a Política tocar em pontos considerados centrais para a consolidação de uma estratégia comprometida com a redução das desigualdades sócio-espaciais brasileiras, sua implementação ficou comprometida porque

- (A) a PNDR não dispõe até o presente momento de instrumentos próprios de financiamento, uma vez que os Fundos Constitucionais de Financiamento, os Fundos de Desenvolvimento Regionais e os Programas Mesorregionais são instrumentos herdados que não foram adaptados ao seu escopo.
- (B) a aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) gerou insatisfação dos Estados do Sul-Sudeste que se opuseram à distribuição desigual dos recursos destinados ao apoio e consolidação das ações federais no âmbito da PNDR.
- (C) a implementação da Política dependia da recriação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento que, desativadas na década de 1990, ainda dependem da aprovação do Congresso Nacional para serem refundadas.
- (D) a tipologia proposta pela PNDR, que classifica alguns territórios como sendo *prioritários* para ação da Política, encontrou forte resistência para ser utilizada como parâmetro determinante para repartição dos recursos oriundos do FNDR.
- (E) O fim dos Programas Mesorregionais inviabilizou a ação da PNDR nos territórios classificados prioritários.

**70**

A Constituição Federal de 1988 consagra princípios ambientais internacionais, estabelece competências legislativas e administrativas que possibilitam o regramento do exercício das atividades poluidoras e da responsabilização por danos ambientais. Assinale a alternativa que expressa corretamente essa nova ordem constitucional de proteção ambiental.

- (A) A ação popular e a ação civil pública foram consagradas pela Constituição Federal de 1988 como instrumentos para promover a defesa judicial do meio ambiente.
- (B) De acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente, a educação ambiental obrigatória é da competência exclusiva dos Municípios, responsáveis pelo ensino fundamental.
- (C) A opção pelo modelo de Estado de direito ambiental pode ser identificada na forma em que competências são distribuídas entre os entes da federação na Constituição Federal de 1988. A importância da questão ambiental é patente ao se atribuir competência exclusiva à União Federal para legislar sobre meio ambiente, águas, florestas, minas e jazidas.
- (D) A nova ordem constitucional reconheceu a gravidade dos danos ambientais ao admitir a aplicação de sanções penais a pessoas jurídicas como alternativa às sanções administrativas nas hipóteses em que os danos causados não tenham sido reparados.
- (E) São disponíveis as terras devolutas, ou arrecadadas pelos Estados por ações discriminatórias, em áreas de proteção ambiental não ocupadas por populações tradicionais.

**71**

No Brasil, há várias instituições financeiras públicas, cada uma com várias atribuições especiais. Assim, o(a)

- (A) Banco do Brasil financia atividades produtivas rurais no país.
- (B) Banco do Brasil emite o papel moeda em circulação no país.
- (C) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social é o principal agente do Sistema Financeiro da Habitação.
- (D) Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social financia apenas investimentos industriais no país.
- (E) Caixa Econômica Federal promove a capitalização das empresas nacionais via participação acionária.

**72**

O Horário Brasileiro de Verão tem sido um valioso instrumento de uso eficiente e racional da energia elétrica e tem ajudado o país a garantir a sua oferta de forma contínua e segura. O mecanismo foi instituído pela primeira vez no Brasil nos anos 1931/1932, pelo então presidente Getúlio Vargas. A respeito do Horário Brasileiro de Verão assinale a alternativa correta.

- (A) Desde 1985, o Horário de Verão tem sido adotado, todos os anos, em estados selecionados. Em apenas uma ocasião o mecanismo foi adotado em todo o território nacional.
- (B) O principal objetivo do Horário Brasileiro de Verão é reduzir a carga média diária no Sistema Interligado Nacional (SIN), em um intervalo que pode variar entre 2% e 10%, dependendo da unidade da federação.
- (C) O Horário de Verão reduz o risco de não atendimento à carga no horário de ponta em uma época do ano em que o sistema é normalmente submetido às mais severas condições operacionais, uma vez que este é um período de maior consumo.
- (D) A atual edição (2011/2012) do mecanismo supracitado terá duração de 126 dias e a redução média de demanda por eletricidade, nas regiões onde o mesmo é adotado, tem sido da ordem de 3% nos últimos anos.
- (E) Nas cidades de menor latitude, localizadas mais próximas da linha do Equador, os efeitos da intensificação da luz natural ao longo do dia durante o verão são maiores. Por este motivo, o horário de verão deve privilegiar estas regiões.

**73**

O papel anticíclico dos gastos públicos e da política fiscal, identificado por Keynes, além da sua função redistributiva de renda, inspirou as políticas governamentais de países desenvolvidos e em desenvolvimento por mais de 30 anos, a partir da segunda guerra mundial. No início da década de 1970, entretanto, a combinação de déficits públicos elevados, estagnação econômica e inflação elevada, levaram ao questionamento das políticas keynesianas e do Estado de Bem Estar, observando-se o surgimento de novas teorias que questionavam de forma radical a intervenção do estado na economia. Dentre essas teorias, uma delas sustentava que, ao tentar corrigir falhas de mercado o estado incorria em falhas ainda mais graves trazendo ineficiência para o sistema econômico, na forma de déficits, inflação e baixo crescimento. Para essa teoria a solução seria a redução gradual do tamanho do estado até alcançar-se um “Estado Mínimo”. Essa teoria é conhecida como

- (A) Teoria da Regulação.
- (B) Teoria das Expectativas Adaptadas.
- (C) Teoria de Resgate de um Estado Comportado.
- (D) Teoria da Escolha Pública.
- (E) Teoria das Expectativas Racionais.

**74**

Em relação ao Plano de Metas, é correto afirmar que

- (A) um dos objetivos era realizar investimentos estatais em infraestrutura, priorizando as rodovias, em detrimento das ferrovias, com o intuito de estabelecer o setor automobilístico no país.
- (B) estímulos foram dados ao setor de bens de consumo não duráveis, com o intuito de fomentar uma industrialização por etapas, gerando, assim, uma base para o aprofundamento do setor de duráveis após 1960.
- (C) o financiamento do plano veio através de uma reforma fiscal em consonância com as metas e gastos estipulados, sem a necessidade de emissão monetária.
- (D) o plano seguiu o processo de substituição de importações ocorrido nas décadas anteriores, voltado para o mercado interno com investimentos em setores intensivos em capital, mas defasados tecnologicamente.
- (E) houve um forte controle inflacionário, através da fixação de um câmbio fixo valorizado, que permitiu em um primeiro momento a importação de insumos para a construção de uma base industrial madura.

**75**

Em relação ao Plano Collor I, suas principais medidas adotadas foram:

- I. Reforma fiscal, com o objetivo de realizar um ajuste fiscal, eliminando o déficit e, ao mesmo tempo, gerar um superávit.
- II. Reforma administrativa, através de um programa de privatizações, melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação a fim de reduzir a sonegação.
- III. Congelamento de preços e desindexação dos salários em relação à inflação passada, ao definir uma nova regra de prefixação de preços e salários.
- IV. Mudança para um regime cambial de taxas fixas, a fim de evitar as fortes valorizações e promover uma indústria mais competitiva em relação ao comércio exterior.

Assinale se

- (A) as afirmativas I e II forem verdadeiras.
- (B) as afirmativas II e III forem verdadeiras.
- (C) as afirmativas I, II e III forem verdadeiras.
- (D) as afirmativas II, III e IV forem verdadeiras.
- (E) todas forem verdadeiras.



**76**

Pode-se considerar que até 90% das causas de mortalidade materna sejam evitáveis. Os comitês de morte materna são organismos de natureza interinstitucional, multiprofissional e confidencial, que visam a analisar todos os óbitos maternos e a apontar medidas de intervenção para a sua redução na região de abrangência. Representam, também, um importante instrumento de acompanhamento e avaliação permanente das políticas de atenção à saúde da mulher. Nesse sentido, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os comitês de mortalidade materna tem por finalidade a prevenção da morte materna pela definição e levantamento de fatores de evitabilidade do óbito materno visando à proposição de ações corretivas à realidade indesejada.
- II. Realização de investigações dos óbitos maternos nas localidades onde o setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde não está capacitado, ou, ainda, quando essa for a decisão local.
- III. Promoção da discussão de casos clínicos nos comitês hospitalares e a promoção do debate sobre a persistência dos níveis de mortalidade materna a partir de evidências epidemiológicas.

Com relação às afirmativas acima, assinale se

- (A) somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) todas as afirmativas estiverem corretas.

**77**

Considerando-se as causas que afetam a eficiência do transporte de cargas no país, analise as alternativas abaixo.:

- I. Há desbalanceamento da matriz de transporte, legislação e fiscalização inadequadas e deficiência da infraestrutura de apoio.
- II. A opção rodoviarista há muitos anos levou investimentos, predominantemente para rodovias;
- III. Os programas de privatização de rodovias, portos e ferrovias levaram a fretes elevados;
- IV. O excessivo controle por parte das operadoras para a verificação do excesso de carga nos caminhões leva ao aumento significativo no tempo de viagens.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I, II, e IV estão corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, III, e IV estão corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I, II, e III estão corretas
- (D) se apenas as afirmativas II, e IV estão corretas.
- (E) se apenas as afirmativas III, e IV estão corretas.

**78**

Com referência aos desafios que os formuladores de políticas públicas e gestores ainda devem enfrentar para que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) atinja melhores resultados, analise as afirmativas a seguir, quanto à sua veracidade:

- I. Mesmo que o número de contratos de trabalho temporários tenha diminuído, a força de trabalho na atenção básica ainda apresenta alta rotatividade, particularmente por conta das distintas estruturas salariais e contratos de emprego oferecidos pelos diferentes municípios.
- II. A expansão e a consolidação da ESF são dificultadas ainda mais pela presença de muitas unidades tradicionais de atenção básica que foram criadas antes do Programa de Saúde da Família (PSF). Localizadas, muitas vezes, na mesma área geográfica das unidades de saúde da família, em geral esses dois serviços distintos não estão integrados e a população utiliza um ou outro, de acordo com a facilidade de acesso e a sua conveniência.
- III. Especialmente nos municípios que assumiram a gestão dos serviços ambulatoriais previamente administrados pelo governo federal ou estadual, o uso de serviços do PSF ainda não foi capaz de apresentar melhorias em alguns resultados em saúde importantes para os formuladores, como por exemplo, a redução na taxa de mortalidade infantil pós-neonatal (notadamente atribuível aos casos de mortes por doença diarreica e por infecções do aparelho respiratório).

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.



**79**

A utilização do álcool como combustível para veículos automotores surgiu como alternativa ao uso de derivados de petróleo, deixando os consumidores brasileiros menos vulneráveis às oscilações dos preços destes últimos. Entretanto, frequentemente se observa que o preço do álcool como combustível não compensa, financeiramente seu uso ao invés da gasolina, devido à diferença de eficiência energética entre os dois. Sobre este tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) A baixa eficiência energética do álcool produzido no Brasil levou países como os Estados Unidos a imporem barreiras comerciais à importação deste combustível brasileiro, o que desestimulou os produtores nacionais e reduziu a oferta, levando ao aumento dos preços.
- (B) A maior eficiência energética do álcool produzido a partir do milho em relação ao de cana-de-açúcar, sendo os Estados Unidos o maior país produtor, obrigou que o Brasil importasse grande parte do álcool consumido no mercado interno, levando ao aumento dos preços.
- (C) O desenvolvimento de veículos híbridos desestimula os produtores de álcool nacionais, uma vez que a tecnologia não é compatível com este combustível, levando ao aumento dos preços.
- (D) O valor do açúcar no mercado internacional leva as indústrias nacionais a variarem a produção do álcool, por vezes não conseguindo gerar volume suficiente para acompanhar o aumento do consumo no Brasil e, neste caso, levando ao aumento dos preços.
- (E) A tributação dos combustíveis é, em parte, composta por impostos estaduais. Diferentemente do resto do país, em São Paulo (maior estado nacional produtor de álcool) as tributações sobre o álcool são percentualmente idênticas às da gasolina, levando à perda de competitividade do combustível vegetal.

**80**

A educação de tempo integral tem sido um compromisso de diversos municípios brasileiros. Isso tem sido possível desde a criação do FUNDEB que associa recursos financeiros à educação em tempo integral. Com isso, diversas instâncias subnacionais, especialmente aquelas com baixos níveis de arrecadação de impostos e que, como tal, contam com pequeno volume orçamentário, têm implementado experiências de ampliação da jornada escolar.

Tempo em meses das experiências de jornada escolar ampliada, segundo a região geográfica – 2008

Tempo (meses)	Regiões					Total	
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Nº	%
Até 12	8	89	17	145	53	312	39,0
De 13 a 24	2	28	10	74	12	126	15,8
De 25 a 36	2	15	1	54	26	98	12,2
De 37 a 48	1	16	2	24	15	58	7,2
De 49 a 60	-	6	1	11	15	33	4,1
De 61 a 120	-	28	5	37	34	104	13,0
De 121 a 180	-	2	-	15	9	26	3,2
De 181 a 240	-	3	1	7	3	14	1,8
De 241 em diante	-	-	-	2	1	3	0,4
Não resposta	3	16	7	-	-	26	3,2
Total	16	203	44	369	168	800	100,0

Fonte: MEC/SECAD/2009

A tabela demonstra que 39% das experiências foram implantadas há 12 meses, a contar da data de recolhimento dos dados. Isso pode ser atribuído ao

- (A) Índice de Efeito Escola (IEE), calculado a partir do tempo da jornada escolar.
- (B) Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) vinculado ao PAR – Plano de Ações Articuladas.
- (C) Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007.
- (D) Programa Brasil Alfabetizado estabelecido pela resolução CD/FNDE nº 32 de 1º de julho de 2011.
- (E) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e rede.



**Atenção!** Você está recebendo um caderno de provas de **Pronunciamentos do Tipo 1 (Branco – 20M1)** para **CONSULTOR LEGISLATIVO – Assessoramento Legislativo**. Portanto, verifique se sua folha de respostas (prova objetiva) também se refere ao Tipo 1 e se é coincidente com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

## Informações Gerais

1. Você receberá do fiscal de sala os materiais descritos a seguir:
  - ▶ uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
  - ▶ **se candidato ao cargo de Consultor Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **80 (oitenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
  - ▶ **se candidato ao cargo de Técnico Legislativo ou Policial Legislativo, ainda:**
    - ▷ este caderno de prova contendo **70 (setenta)** questões objetivas, cada qual com 5 alternativas de respostas (A, B, C, D e E), **um tema para desenvolvimento da redação e uma questão discursiva**, ambos com espaço para rascunho (de preenchimento facultativo);
    - ▷ **uma folha de textos definitivos** destinada à redação da prova discursiva, com espaço para a transcrição dos dois textos acima citados, com o máximo de **30 (trinta) linhas** cada.
2. Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala** para que sejam tomadas as devidas providências.
3. As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
4. Ao receber os documentos, você deve:
  - ▶ conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ▶ ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas e redação da prova discursiva (quando for o caso);
  - ▶ marcar na folha de respostas (prova objetiva) o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu (este campo, contudo, não implica a anulação da prova no caso de sua não marcação);
  - ▶ assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
5. Durante a aplicação da prova **não será permitido**:
  - ▶ qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - ▶ levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - ▶ portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. **Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.**
6. A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos nas folhas de respostas e de textos definitivos.
7. O preenchimento das respostas, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. Não será permitida a troca da folha de respostas ou da folha de textos definitivos por erro do candidato.
8. Na redação da prova discursiva, o candidato ao cargo de **Técnico Legislativo** ou **Policial Legislativo** deverá observar as seguintes regras:
  - ▶ A primeira parte da folha de texto definitivo destina-se a garantir a segurança na identificação do candidato que está realizando a prova. Esta parte será destacada pelo fiscal no término da prova, garantindo a desidentificação da parte destinada à transcrição do texto definitivo e, por conseguinte, a impessoalidade na correção das provas.
  - ▶ Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas permitida.
  - ▶ Escreva com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico (Exemplo: **ERRADO**) e escreva, logo após o trecho riscado, o respectivo texto substituto.
  - ▶ A folha de textos definitivos da prova discursiva não poderá ser amassada, assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará **ANULAÇÃO** da prova discursiva.
9. O tempo disponível para a realização da prova é de **5 (cinco) horas**, já incluído o tempo para os procedimentos de identificação previstos no edital, a marcação da folha de respostas e a redação dos textos definitivos.
10. Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e a redação da folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
11. Somente após decorridas **duas horas** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de provas.
12. Somente no decorrer dos últimos **60 (sessenta) minutos** do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
13. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, entregue a folha de respostas e a folha de textos definitivos e deixe o local de prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tais documentos será **ELIMINADO** do concurso.
14. Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala no término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
15. Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados na Internet, no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>, no dia subsequente ao da sua realização.
16. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos preliminares das provas deverá fazê-lo da **0h do dia 13 de março de 2012 às 23h59min do dia 14 de março de 2012**, ininterruptamente, observado o horário oficial de Brasília-DF, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, que estará disponível no endereço eletrônico <http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/senado11/>.